Covid-19: Algarve – preocupações/reivindicações dos enfermeiros

20 Março, 2020

Vê as 10 reivindicações colocadas à ARS e ao Centro Hospitalar do Algarve.

Para que seja garantido que todos continuem a estar, física e psicologicamente, disponíveis para continuarem a desenvolver todas as intervenções com a segurança necessária, existem problemas para os quais exigimos resposta.

1. Falta de Equipamentos Proteção Individual adequados e em quantidade suficiente, Fardamento e Desinfetantes

Os enfermeiros e outros profissionais de saúde têm estado na linha da frente, na maioria das situações sem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados. Onde existiam estão a esgotar-se ou já se esgotaram, colocando em causa própria segurança e daqueles com quem convivem. No limite, as suas vidas. Constatamos que não existe uma distribuição de EPI com critério, de acordo com orientações da Dirção Geral de Saúde (DGS) e há serviços em que as orientações variam de dia para dia.

A máscara é obrigatória no contacto com os doentes, de acordo com a DGS, mas há serviços em que as recusam aos profissionais!

Há colegas a usar uma máscara durante todo o turno, enquanto outros se vêm na obrigatoriedade de a utilizar por mais 1 ou 2 dias!

Há profissionais que compraram do seu bolso, enquanto ainda havia disponível.

Qual a previsão de distribuição de mais EPI pelos serviços em quantidade suficiente?

Várias têm sido as denúncias de profissionais de estarem a ser ameaçados de processos disciplinares, caso não façam o registo biométrico de assiduidade, mas as instituições não estão a garantir a solução alcoólica desinfetante junto aos terminais.

Estas e quaisquer ameaças que possam acontecer, são inaceitáveis.

Há, também, testemunhos de profissionais que compraram lixívia por não existir nos serviços.

Se já antes era uma vergonha não haver fardas lavadas e disponíveis, agora o cenário ainda se agravou. Há colegas que levam as fardas para lavar em casa sob pena de terem que andar dias seguidos com o mesmo fardamento.

Com a criação dos ADC – Área Dedicadas para a Avaliação e tratamento de doentes, mais fardas são necessárias, sobretudo nos Centros de Saúde, onde não existem. Os profissionais não podem continuar a usar a sua roupa.

Esta situação tem que parar, já!

Exige-se que sejam adquiridas fardas descartáveis e que seja efetuado um acordo imediato com lavandarias nos vários Concelhos.

2. Admissão de enfermeiros

Se já antes todos assumiam a carência de profissionais, que há muito deveriam ter sido contratados em número suficiente, torna-se agora ainda mais necessário.

Exige-se a abertura imediata de concursos e que sejam encontradas formas ágeis de recrutamento de enfermeiros.

A duração dos contratos serem apenas de 4 meses, com possibilidade de renovação, é simplesmente inaceitável. Os contratos deverão ser por tempo indeterminado.

O alojamento não será um problema para quem vem de fora, visto que várias unidades hoteleiras estão a disponibilizar alojamento temporariamente.

3. Serviços de Saúde Ocupacional a funcionar

Tem vindo a ser uma nossa reivindicação ao longo dos anos. É inadmissível que instituições de saúde públicas não disponham de médicos do trabalho, a que estão legalmente obrigadas.

Neste contexto é ainda mais urgente a contratação de médicos do trabalho, que garantam a avaliação das condições e o risco para a continuação da laboração dos profissionais nos diferentes postos de trabalho.

4. Encaminhamento de doentes e possibilidade de tratamento domiciliário

Neste ponto surgem duas questões:

4.1 – Relacionado com o ponto anterior. Há profissionais que padecem de doenças crónicas / imunodeprimidos, que aguardam avaliação pela Medicina do Trabalho.

Estes profissionais terão de ser colocados em postos de trabalho em que não estejam expostos ao risco acrescido de infeção, de acordo até com o anúncio das medidas proferidas pelo Primeiro Ministro, “dever especial de proteção aos grupos de risco”. Neste caso há a possibilidade de recurso ao Teletrabalho, como a Linha de Saúde 24, acompanhamento de doentes (via telefónica) que estejam em domicílio ou outras atividades.

4.2 – Com a possibilidade do aumento do número de doentes internados em suas casas, aumentará também a necessidade de prestação de cuidados ao domicílio.

Exige-se que a carência de viaturas que hoje existe seja colmatada com o aluguer de viaturas, que se articule com os municípios ou outra que permita resolver o problema.

5. Escolas de referência para as crianças de profissionais essenciais

Apesar de esta hipótese ter sido publicada no Despacho 3301/2020, não conseguimos entender que seja uma medida racional e coerente. Se, por um lado, e para a generalidade dos portugueses, as escolas encerram e as crianças ficam em casa com um dos progenitores, protegendo-se a si e aos demais, não faz sentido potenciar o ajuntamento de todos os filhos daqueles que estão mais expostos ao risco de infeção.

No caso de existir um casal em que os dois são de profissões essenciais, deverá ser dada a possibilidade de um deles ficar em casa com a criança ou a articulação dos períodos em que cada um ficará, tal como o Despacho também prevê, sem qualquer imposição por parte das administrações ou chefias intermédias, como temos tido conhecimento.

Exige-se que neste aspeto de grande sensibilidade – proteção dos filhos – os enfermeiros não se confrontem com mais motivos de discriminação.

6. Nem todos os profissionais conhecem planos de contingência ou não existe.

A muitos profissionais, incluindo elos de ligação à PPCIRA, não foi realizada a formação sobre procedimentos e circuitos a adotar, o que é motivo de ansiedade e maior exposição ao risco dos próprios e dos utentes.

Exige-se que todos os planos de contingência sejam publicitados e divulgados junto dos profissionais.

7. Alguns Centros de Saúde não têm água quente para os profissionais tomarem banho antes de retornar a casa

Já antes tínhamos reportado esta situação. Já deveria estar em funcionamento.

8. Quartos de isolamento de pressão negativa

Reforçamos esta nossa reivindicação. Têm de ser criados quartos de isolamento de pressão negativa. No Algarve apenas existem 4 e estão todos no Hospital de Faro. Os hospitais de Portimão e Lagos não dispõem de nenhum e tem que lhes ser dada prioridade.

9. Falta de condições em salas de isolamento

Em espaços existentes ou criados (contentores) de isolamento/atendimento a utentes com suspeita de Covid-19, há situações onde os utentes esperam horas ao frio e sem comida. Há enfermeiros a comprar-lhes comida!

10. Profissionais que estiveram em contacto com utente confirmado com Covid-19

Há situações de profissionais que estiveram em contacto desprotegido com doentes confirmados com Covid-19. Não lhes foram aplicadas quaisquer medidas de isolamento profilático, não foram testados, nem tão pouco receberam informação sobre como proceder.

Inaceitávelmente, a única resposta que receberam foi “continuem a trabalhar”!